



GÊNERO NOS INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL PAULISTANA: CONFIGURAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Carolina Faria Alvarenga¹

Resumo


Este trabalho, parte de minha tese de doutorado, analisa o processo de construção dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, documento de autoavaliação institucional participativa que insere gênero como uma dimensão de qualidade. Ancora-se nos conceitos de configuração, interdependência e relações de poder, de Norbert Elias (2008), e gênero, de Joan Scott (1995). Compreender a configuração estabelecida nesse contexto histórico não é encontrar uma lei que irá explicar esse fenômeno humano. Ao contrário, é entender as relações de poder que permearam todo o processo (ELIAS, 2008). Para tanto, foram entrevistadas oito profissionais que estiveram envolvidas na escrita do documento, o que suscitou a discussão sobre quem são essas profissionais que jogaram esses jogos de poder.

Palavras-chave: Gênero. Educação Infantil. Indicadores de qualidade.

No campo de luta das políticas, a Educação Infantil ainda é recente, se compararmos às outras etapas da Educação Básica. Questões como o caráter assistencialista que ainda prevalece, de um lado, e uma antecipação do Ensino Fundamental, de outro, as condições de trabalho docente, a qualidade da formação docente, o salário das educadoras e dos educadores, a multiplicidade de funções, com nomenclaturas e salários desiguais, entre outras que se referem ao cuidado e à educação das crianças pequenas, ainda colocam a Educação Infantil em uma relação desigual se comparada às outras etapas da Educação Básica.

A grande conquista da Educação Infantil foi o reconhecimento da educação das crianças de zero a seis anos ligada à Educação e não mais à Assistência Social. Carlos Roberto Jamil Cury (1998, p. 11) reafirma esta conquista ao mostrar que a Constituição Federal (CF) “incorporou a si algo que estava presente no movimento da sociedade e que advinha do esclarecimento e da importância que já se atribuía à Educação Infantil” e destaca que a CF, ao incorporar essa necessidade, o faz sob o signo do Direito e não mais do Amparo e da Assistência, como as legislações anteriores. Portanto, a partir de 1988, a Educação Infantil torna-se um Dever do Estado. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de

¹ Mestre e Doutoranda em Educação, Universidade Federal de Lavras, carol_alvarenga@ded.ufla.br.



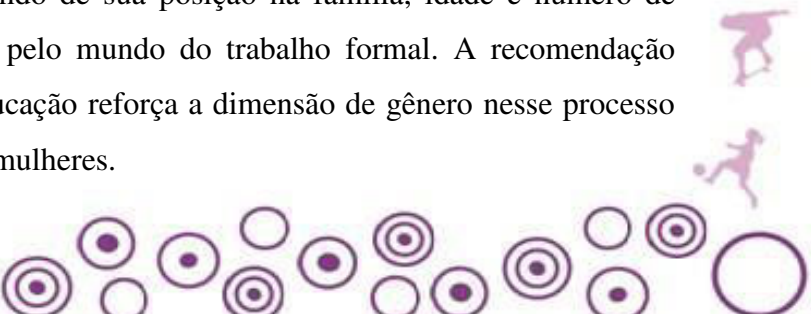
1990, regulamenta a CF em relação ao direito à educação das crianças pequenas, por meio da oferta de vagas em creches e pré-escolas.


Com a inclusão da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, inova e rompe com as legislações anteriores. Essa inovação, segundo Cury (1998), traz consequências que vão desde a elaboração de diretrizes nacionais até a preocupação com a formação das profissionais que até então atuavam nos estabelecimentos educativos.

Vianna e Unbehaum (2006), ao tratarem dos avanços das políticas sociais e da promoção da igualdade de gênero no que se refere à Educação Infantil, ressaltam que um avanço significativo para o debate foi o reconhecimento, na CF/88, da maternidade como função social e a garantia do cuidado e assistência de crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas como dever do Estado. Logo, com a promulgação da CF, a luta feminista consegue assegurar a Educação Infantil como parte da Educação Básica e como um direito das crianças. Em especial, o direito à creche tem um duplo caráter: “o direito da mulher à creche e pré-escola para suas filhas e filhos e a conquista do direito da criança a um aparato educativo, pedagógico e de cuidado extrafamiliar como uma medida eficaz de articulação das responsabilidades familiares, ocupacionais e sociais” (HADDAD, 2004; ROSEMBERG, 1999, 2002 *apud* VIANNA; UNBEHAUM, 2006, p. 411).

O Informe Brasil – Gênero e Educação destaca que o acesso à Educação Infantil ainda é marcado por desigualdades de raça, renda, região, campo/cidade, entre outras. Além disso, denuncia que a Educação Infantil ainda não recebe financiamento suficiente (CARREIRA, 2016). Relevante ressaltar que, somente em, 2007, a primeira etapa da Educação Básica disputa publicamente recurso público e, a partir de pressão dos movimentos sociais, dentre eles o Movimento Interfóruns da Educação Infantil do Brasil (Mieib), a creche e a pré-escola passam a compor o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que antes tinha como prioridade apenas o Ensino Fundamental (ROSEMBERG, 2010; FLORES, 2010).

Inicialmente, apenas a pré-escola seria contemplada, mas por força dos movimentos sociais, em especial o Movimento das Fraldas Pintadas, a creche passa a ser reconhecida. Com isso, não apenas o direito das crianças de zero a três anos é garantido, mas também das mulheres trabalhadoras, já que, dependendo de sua posição na família, idade e número de filhos/as, são as mulheres as preteridas pelo mundo do trabalho formal. A recomendação quatro do Informe Brasil – Gênero e Educação reforça a dimensão de gênero nesse processo histórico de afirmação da autonomia das mulheres.



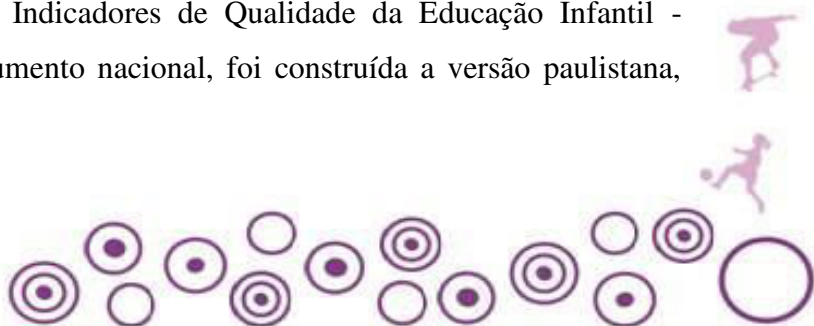



Todo o caminho percorrido pelo campo da Educação Infantil no Brasil, desde a CF/1988, fruto da luta dos movimentos sociais em defesa da infância e dos direitos das crianças e famílias (mães) trabalhadoras, permite-nos afirmar que, apesar dos retrocessos, das dificuldades em disputar financiamento, muito foi conquistado. Fúlvia Rosemberg ressalta que o debate atual sobre qualidade da Educação Infantil converge para “concepções contemporâneas que podem ser consideradas de primeira linha em cenário mundial” (2015, p. 221). Cita, como exemplo, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006a; 2006b) e as DCNEI (BRASIL, 2010), pelas concepções de criança, Educação Infantil e qualidade e pelos princípios éticos, políticos e estéticos que orientam a Educação Infantil. Cabe reiterar que, nesses documentos, a noção de qualidade negociada, nos termos de Bondioli (2004), assume as diversidades, em especial, a de gênero, como um valor e um fim, ainda que plurais. Porém, Rosemberg (2015) alerta para o grande desafio que ainda temos para implementar essa educação de qualidade posta nos documentos construídos ao longo dessas décadas.

O grande desafio para implementar uma educação infantil democrática e de qualidade no Brasil não depende de melhores diretrizes ou normatização mais ampla e abrangente, mas sim enfrentar o descompasso entre esse ideal, contemporâneo e sofisticado, e o real da prática cotidiana, o desafio entre o normatizado pelos documentos e pelas propostas sofisticadas que elaboramos nessas últimas décadas e as condições sociais, políticas, econômicas e culturais que geram uma sociedade e uma educação infantil ainda intensamente discriminatórias: de classe, gênero, raça, região, localização e idade (ROSEMBERG, 2015, p. 222).

A reflexão de Rosemberg sobre os caminhos trilhados no campo da Educação e, especificamente, da Educação Infantil nos alerta que muito já foi conquistado, mas ultrapassar o normatizado, em documentos cujas concepções são atuais e contemporâneas no que se refere à noção de qualidade, e avançar na construção de uma Educação Infantil não discriminatória e articulada às relações de gênero, ainda é nosso maior desafio.

Neste contexto, instrumentos de autoavaliação institucional participativa seriam uma das possibilidades de deslocamento de um debate teórico sobre qualidade para o cotidiano das instituições educativas. Com base nas orientações dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006a, p. 8), os quais oferecem subsídios para que “cada instituição ou município incorpore indicadores de qualidade construídos pela comunidade que representam”, foi criado, em 2009, os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil - Indique, e, em 2016, com base no documento nacional, foi construída a versão paulistana, foco de minha pesquisa.



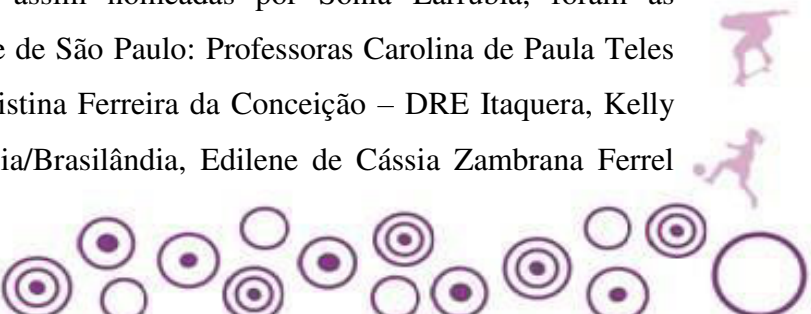



Portanto, este trabalho integra minha pesquisa de doutorado, em andamento, sobre o processo de construção desse documento, qual seja, os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (SÃO PAULO, 2016) – doravante “Indicadores...” – que amplia de sete para nove o número de dimensões, sendo que uma delas insere as questões de gênero como intrínsecas à qualidade. Ao problematizar a inserção de gênero nas políticas de Educação Infantil e, em especial, nos “Indicadores...”, articulo os conceitos de Norbert Elias (2008) e Joan Scott (1995) para a compreensão do processo de construção do documento paulistano. Nos termos de Elias, entender a configuração dessa política pública, os sujeitos que, de forma interdependente, dela participaram, em um campo minado de tensões e jogos de poder, remete-se também ao desafio teórico proposto por Scott: a utilização do gênero como uma categoria de análise. Logo, a complexidade das relações humanas que tecem o gênero também está presente nos modelos de jogos (ELIAS, 2008) em que os/as jogadores/as se encontram em diferentes níveis na disputa pelo poder e pelo controle do decurso do jogo.

Para analisar a configuração estabelecida no momento da construção dos documentos, foi preciso identificar as pessoas que participaram do processo, ou seja, nos termos de Elias (2008), quem são as pessoas que fazem parte dessa configuração histórica? Quais cargos ocupam/ocupavam? Quais são suas formações acadêmicas e trajetórias profissionais? Como essas pessoas se articularam para colocar na agenda das políticas educacionais municipais um tema que contrariava o projeto nacional – e também estaduais e municipais – que suprimiram dos planos de educação os termos gênero e orientação sexual?

Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com parte da equipe que participou da escrita do documento. De uma Comissão Ampliada composta por 39 profissionais da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME), incluindo professoras de Educação Infantil, coordenadoras e supervisoras pedagógicas, diretora da então Diretoria de Orientação Técnica de Educação Infantil – DOT-EI, e também assessoras do projeto, foram entrevistadas oito profissionais, das quais as cinco professoras que conceberam a escrita da Dimensão 5 – Relações étnico-raciais e de gênero.

A primeira entrevistada foi a professora Sonia Larrubia Valverde, então diretora da DOI-EI durante a gestão do governo de Fernando Haddad, entre 2013 e 2016, e responsável pela coordenação dos seis documentos que compunham a política de Educação Infantil no município. As “guardiãs da questão”, assim nomeadas por Sonia Larrubia, foram as professoras de Educação Infantil da Rede de São Paulo: Professoras Carolina de Paula Teles Duarte – DRE Campo Limpo, Elaine Cristina Ferreira da Conceição – DRE Itaquera, Kelly Cristina Graciano Silva – DRE Freguesia/Brasilândia, Edilene de Cássia Zambrana Ferrel





Ribeiro – EMEI Olga Benário Prestes, Renata Cristina Dias Oliveira – CEU Alvarenga – Núcleo Educacional, responsáveis pela sistematização da Dimensão 5 – Relações étnico-raciais e de gênero². E, por fim, as professoras Maria Machado Malta Campos e Bruna Ribeiro, assessoras da SME/DOT-EI neste processo de construção dos “Indicadores...”.

O que essas professoras nos contariam sobre esse processo de construção de um documento que insere gênero como uma dimensão de qualidade? Por que elas tiveram interesse em participar da Comissão Ampliada e, em especial, da subcomissão da Dimensão 5? Quais eram suas trajetórias que a levaram a essa escolha? Como elas perceberam os jogos de poder que permearam todo o processo de construção do documento? Como foram as disputas em torno das diferenças?

A compreensão de que as ações tomadas no decorrer do jogo não podem ser explicadas em si mesmas, mas precisam ser consideradas na estrutura do jogo (ELIAS, 2008) traz pistas para entender o porquê de algumas decisões terem sido tomadas, como por exemplo, aproveitar uma única dimensão para inserir duas questões importantes, como raça e gênero, mesmo que a primeira tenha se sobressaído à última.

Referências

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, Brasília, 1996.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Vol. 1. Brasília: MEC/SEB, 2006a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Vol. 2. Brasília: MEC/SEB, 2006b.

_____. Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

CARREIRA, Denise. O Informe Brasil – Gênero e Educação: da Conae às diretrizes nacionais. *In*: CARREIRA, Denise *et. al.* **Gênero e educação**: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais. São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas, 2016. p. 25-54.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação infantil como direito. *In*: BRASIL. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. Brasília: MEC, 1998. v. 2.

² A vinculação das professoras refere-se ao período em que participaram da Comissão Ampliada para a escrita do documento.





ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues. Movimentos na construção do direito à educação infantil: histórico e atualidade. Dossiê: Infância e Educação Infantil. **Em Educação**, Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 25-38, jan./abr. 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil pós-FUNDEB: avanços e tensões. *In*: SOUZA, Gizele (Org.). **Educar na infância**: perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Políticas públicas e qualidade da educação infantil. *In*: UNBEHAUM, Sandra; ARTES, Amélia. **Escritos de Fúlvia Rosemberg**. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 2015.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Indicadores de Qualidade na Educação Infantil Paulistana**. São Paulo: SME / DOT, 2016 (versão final).

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., p. 71-99, 1995.

VIANNA, Claudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 95, p. 407-428, 2006.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

